



JESUÍTAS BRASIL

Cadernos *Teologia
Pública*

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (on-line)

Ano XXII | Número 186 | Volume 23 | 2026

**Bases conceituais da Moral renovada
pós-conciliar frente às atuais dinâmicas
culturais configuradoras do agir humano**

José Roque Junges

Cadernos *Teologia
Pública*

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (on-line)

Ano XXII | Número 186 | Volume 23 | 2026

**Bases conceituais da Moral
renovada pós-conciliar frente
às atuais dinâmicas culturais
configuradoras do agir humano**

José Roque Junges

Doutor em Teologia Moral pela Pontificia Università Gregoriana de Roma, Professor de bioética e saúde coletiva na Unisinos e membro da Rede latino-americana e do Caribe de Bioética da UNESCO



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos Teologia Pública é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz
Gerente administrativo: Nestor Pilz
ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XXII – Vol. 23 – Nº 186 – 2026

ISSN 1807-0590 (impresso) | ISSN 2446-7650 (on-line)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

Conselho editorial: MS. Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Ana Maria Formoso (Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação); Christoph Theobald (Faculdade Jesuíta de Paris - Centre Sèvres, doutor em Teologia); Faustino Teixeira (UFJF-MG, doutor em Teologia); Felix Wilfred (Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia); Jose Maria Vigil (Associação Eumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação); José Roque Junges, SJ (Unisinos, doutor em Teologia); Luiz Carlos Susin (PUCRS, doutor em Teologia); Maria Inês de Castro Millen (CES/ITASA-MG, doutora em Teologia); Peter Phan (Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia); Rudolf Eduard von Sinner (PUCPR, doutor em Teologia).

Responsáveis técnicos: Cleusa Maria Andreatta e Guilherme Tenher Rodrigues.

Imagem da capa: Pixabay

Projeto Gráfico: Ricardo Machado

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Revisão: Isaque Gomes Correa

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 20.
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).
ISSN 2448-0304
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

Bases conceituais da Moral renovada pós-conciliar frente às atuais dinâmicas culturais configuradoras do agir humano

José Roque Junges

RESUMO: O artigo confronta as bases antropológicas e teológicas da Moral renovada pós-conciliar em sua compreensão da teoria do agir moral e da verdade moral frente às dinâmicas culturais e simbólicas das tecnologias digitais, conformadoras da subjetividade neoliberal fragilizada e da cultura da pós-verdade que configura na atualidade o agir humano e moral. Partindo da tese de que toda experiência moral é uma experiência de sentido, revelada em cada decisão que expressa a verdade de qualquer ação moral, e tendo presente que o ambiente das tecnologias digitais, por sua mesma conformação, não permite uma experiência de sentido, chega-se a um impasse pastoral pela proliferação do uso das tecnologias digitais como meio para a evangelização. A distinção entre massas e minorias e os conceitos de minorias abraâmicas e de forma-de-vida podem oferecer ferramentas teóricas para analisar essa situação.

PALAVRAS-CHAVE: Concílio Vaticano II. Consciência moral. Discernimento ético. Decisão ética. Tecnologias digitais. Subjetividade neoliberal. Desamparo simbólico.

Conceptual bases of renewed post-conciliar Morality in the face of current cultural dynamics shaping human behavior

José Roque Junges

ABSTRACT: This article compares the anthropological and theological foundations of renewed post-conciliar Morality in its understanding of the theory of moral action and moral truth in the face of the cultural and symbolic dynamics of digital technologies, which shape the weakened neoliberal subjectivity and the culture of post-truth that currently configure human and moral action. Starting from the thesis that all moral experience is an experience of meaning, revealed in every decision that expresses the truth of any moral action, and bearing in mind that the environment of digital technologies, by its very nature, does not allow for an experience of meaning, a pastoral impasse is reached due to the proliferation of the use of digital technologies as a means for evangelization. The distinction between masses and minorities and the concepts of Abrahamic minorities and form-of-life can offer theoretical tools to analyze this situation.

KEYWORDS: Second Vatican Council. Moral conscience. Ethical discernment. Ethical decision. Digital technologies. Neoliberal subjectivity. Symbolic helplessness.

Bases conceituais da Moral renovada pós-conciliar frente às atuais dinâmicas culturais configuradoras do agir humano

José Roque Junges

Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma,
Professor de bioética e saúde coletiva na Unisinos e membro da
Rede latino-americana e do Caribe de Bioética da UNESCO

1. INTRODUÇÃO

A moral católica sofreu profundas transformações a partir do final do século XIX, com a escola teológica de Tübingen, até o Concílio Vaticano II, na década de 60 do século XX. Antes dessas transformações imperavam as *Institutiones Moralis*, manuais de moral escolástica surgidos após o Concílio de Trento para uso na formação do clero. Estavam pautados por uma visão jurídica legalista da ação humana e estruturados a partir dos mandamentos. Perdeu-se a síntese teológica entre moral e espiritualidade, entre ação e graça, típica do tratado das virtudes que caracterizava as sumas teológicas medievais, cuja máxima expressão foi a *Suma Teológica*, de São Tomás de Aquino. A crítica às bases

da moral escolástica e a tentativa de apresentar fundamentos mais consistentes para a teologia moral católica partiam de novos pressupostos antropológicos e teológicos para a ação moral. Em primeiro lugar estava uma visão antropológica personalista do agir humano que colocava o acento na consciência moral, não na lei; em segundo lugar, uma compreensão mais bíblica da especificidade cristã da moral, para além da lei natural que caracterizava a moral escolástica. Essa perspectiva aparece no documento conciliar *Optatam Totius* quando afirma: “A Teologia moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura evidencie a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo e sua obrigação de produzir frutos de caridade para a vida do mundo” (OT 16)¹.

Sabemos que todo concílio dá início a uma época de recepção² em que se instaura uma tensão entre o instituído tradicional que foi superado, mas luta para permanecer, e o instituinte transformador que traz o novo, pretendendo inspirar e renovar as estruturas da Igreja. Esse conflito ficou claro depois do Concílio Vaticano II entre a burocracia central vaticana, cujos posicionamentos conservadores foram rejeitados pelos padres conciliares, e as bases eclesiais das Igrejas particulares, representadas pelos movimentos de renovação do *sensus fidelium*. Essa tensão não dizia respeito a questões de teologia dogmática, mas de teologia prática, especialmente liturgia e moral. Quanto à primeira,

1 Junges J. R. Transformações recentes e perspectivas de futuro para a Ética Teológica. *Cadernos Teologia Pública* v. 1, n. 7, 2004.

2 Congar Y. La “reception” como réalité éclésiologique. *Revue des Sciences Philosophique et Théologique* 56 (1972) 369-403.

sirva de exemplo a luta até hoje pela volta da missa em latim em detrimento de sua celebração em vernáculo, introduzida pelo concílio³.

Na moral, a tensão se fez presente com a carta encíclica de João Paulo II *Veritatis Splendor* em que se fazia uma crítica à dimensão subjetiva da verdade prática da ação moral, reafirmando a sua adequação à objetividade positiva, expressa pela pura norma, para além de toda contribuição da consciência para sua configuração. A visão personalista da ação humana, assumida pela moral renovada pós-conciliar, justamente acentuava o papel central da consciência para a verdade moral de uma ação⁴.

Esse conflito em relação à moral apareceu de novo com a publicação da exortação apostólica *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco, muito criticada pelos grupos conservadores, devido às suas aberturas pastorais e contraposta à exortação apostólica, de João Paulo II, *Familiaris Consortio*, considerada uma moral segura, porque baseada na objetividade moral positiva do matrimônio. Os dois documentos são duas respostas diferentes aos desafios atuais de uma pastoral matrimonial. Eles diferem radicalmente, porque estão baseados em duas compreensões diversas da moralidade, uma de Bergoglio que leva às últimas consequências a visão personalista da ação humana e a outra de Wojtyła, embora falando de personalismo, não consegue aplicar os seus pressupostos para a compreensão da verdade moral da ação, pois esta não é uma verdade teórica, mas uma verdade prática que exige a contribuição da cons-

3 Grillo A. Para além de Pio V. A Reforma litúrgica após *Traditionis Custodes*. São Paulo: Paulus, 2022.

4 Duquoc Ch. L'Encyclique *Veritatis Splendor*. Presentation critique. *Revue de Théologie et Philosophie* 126 (1994) 325-332.

ciência para que seja formulada. Essa diferença conduz a duas perspectivas diversas de resposta pastoral aos desafios que hoje a vivência do matrimônio coloca para a Igreja. O documento de Wojtyla assume um enfoque canônico-moral, centrado nos deveres, que a verdade da ordem moral objetiva do matrimônio impõe aos cônjuges, afirmando que “a Igreja interpreta a norma moral e propõe-na a todos os homens de boa vontade, sem esconder as suas exigências de radicalidade e de perfeição” (FC 33). A exortação de Bergoglio segue uma perspectiva mistagógico-espiritual que suscita alegria e consolação centrada no Evangelho. Por isso, assevera “que um pequeno passo no meio de grandes limitações humanas pode ser mais agradável a Deus do que a vida exteriormente correta de quem transcorre seus dias sem afrontar importantes dificuldades” (AL 44). Fica clara a total diversidade de linguagem, uma jurídica de deveres a serem seguidos, independente da subjetividade, e a outra espiritual que, com abertura às fragilidades, tenta compreender as situações subjetivas na vivência da verdade prática possível daquela consciência que busca viver o bem⁵.

Essa diferença de perspectiva na resposta aos atuais desafios da pastoral matrimonial é uma expressão da tensão entre o tradicional instituído que resiste ao *aggiornamento* conciliar e a novidade instituinte que recolhe o novo espírito que tenta responder melhor aos novos desafios que a Igreja enfrenta hoje. O Papa Francisco significou uma retomada da dinâmica conciliar, trazendo para a Igreja frescor evangélico e solidariedade com o sofrimento humano. Expressiu uma crítica ao

5 Junges J. R. Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial. *Cadernos Teologia Pública* v. 15, n. 133, 2018.

clericalismo e à autorreferencialidade eclesial, promovendo uma Igreja em saída que se entende como tenda de acolhida das misérias humanas. Representou uma superação do autoenclausuramento eclesial que surgiu como reação ao concílio, expressado pelo fenômeno, chamado por Libânio⁶, de volta à grande disciplina, posicionamento assumido pela ala conservadora tradicional da Igreja contra a recepção das inovações conciliares. Houve um aprisionamento do espírito conciliar que recebeu novo vigor com os gestos e as palavras do Papa Francisco.

Sabemos que hoje essa tensão se expressa em novos contextos eclesiais com o surgimento de novos movimentos conservadores que já não respondem às reivindicações dos grupos tradicionalistas que foram vencidos nas discussões do Concílio Vaticano II. Eles queriam conservar, de modo saudosista, o instituído tradicional com pressupostos e argumentos que foram superados. Tratava-se de um conflito no interior da Igreja. Hoje o conservadorismo religioso responde a outras preocupações em que valores religiosos conservadores estão misturados com pautas políticas da extrema-direita que são fascistas. Valores religiosos são postos a serviço de uma ideologia política. Um exemplo claro dessa tendência são os grupos católicos e evangélicos que apoiam as pautas de Trump e Bolsonaro. Promovem lutas culturais de cunho moral, aparentemente identificadas com valores da doutrina cristã. Desde quando Trump e Bolsonaro são exemplos de fé cristã e dos valores tradicionais da família? Ao contrário, a vida e a prática desses dois personagens são um total contratestemunho e uma completa ne-

6 Libânio J. B. *A volta à grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1983.

gação dos valores anunciados por Jesus Cristo. Vem a questão de por que os apoiam? O que interessa é a ideologia de extrema-direita que os dois professam. A religião cristã é usada para defender e difundir essa postura ideológica.

Esse é o novo contexto sociocultural de difusão de ideias conservadoras na Igreja. Os defensores podem até remeter-se a posicionamentos da velha tradição, mas o problema é que os conservadores jovens de hoje já nem entendem os pressupostos teóricos dessa posição que tinha fundamento em sua época, porque eles não têm a competência intelectual para compreenderem os seus argumentos. Assim, o posicionamento dessas pessoas jovens, ditas conservadoras, é pura exterioridade e formalidade, porque carece de consistência espiritual e teológica. O problema é quando essa tendência atinge o clero jovem da Igreja que assume posições clericalistas e rígidas em moral em total dissonância com a mensagem evangélica anunciada por Jesus de Nazaré e que o Concílio Vaticano II tentou resgatar. Faltam-lhes uma verdadeira experiência espiritual da pessoa de Jesus Cristo e competência teológica para anunciar o Evangelho. Isso está expresso por aquilo que Pereira⁷, referindo-se ao clero brasileiro, chama de ideologia da vergonha, pois, frente à sua condição social baixa de origem, assume hábitos e formalidades clericais autorreferenciadas como dispositivo psicológico para fazer frente a essa vergonha inconsciente, por faltar-lhe consistência espiritual apegando-se a exterioridades rituais e de vestes eclesiais e litúrgicas. Vale a constatação do Papa Francisco em

7 Pereira W. C. C. *A ideologia da vergonha e o clero brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2025.

Amoris Laetitia: “Os ministros carecem, habitualmente, de formação adequada para tratar dos complexos problemas atuais das famílias...” (AL 202).

O artigo pretende discutir as dinâmicas culturais que movem atualmente o agir das pessoas, configurando o contexto sociocultural que sustenta e promove o movimento do conservadorismo moral e a ideologia política de extrema-direita. A essa mentalidade moral, presente na Igreja e na sociedade hodierna, serão contrapostas, como crítica, as bases da moral renovada pós-conciliar, conformadoras da atual compreensão da ética cristã, como expressão mais adequada dos valores do Reino, propostos por Jesus de Nazaré, para o agir do cristão.

2. DINÂMICAS CULTURAIS DO AGIR HUMANO NA ATUALIDADE

O iluminismo, promovido pela modernidade, significou, segundo Kant⁸, a chegada da humanidade à maioria moral, porque se trata de colocar o ser humano de pé para que pense por si mesmo e não por meio da cabeça de outros que têm autoridade. Por isso, Kant afirmará que só existe ética quando a autonomia, e não a heteronomia, orientar a consciência nas ações humanas, porque o imperativo moral só terá validade se for assumido e imposto pelo próprio sujeito a si mesmo. Para determinar esse imperativo a consciência seguirá as máximas que apontam para o dever que o sujeito deverá seguir. Assim, o sujeito, pautado pelas máximas, irá definir o seu dever e, portanto, a moralidade está baseada na autonomia. Isso significa a cen-

8 Kant I. Beantwortung der Frage: Was ist aufklärung. In: *Kants Werke* (Akademie Textausgabe). Berlin: Walter de Gruyter, 1968, Band VIII, 33-42.

tralidade de uma subjetividade transcendental forte na determinação da moralidade das ações humanas⁹.

O movimento de renovação da Teologia moral no século XX estava baseado nesses pressupostos de Kant, tornando a autonomia um conceito central para o agir do cristão. Trata-se de assumir a autonomia num contexto teológico de fé em que a graça divina é promotora de autonomia humana. Esse foi o esforço da obra de Alfons Auer¹⁰, que conjugou a autonomia moral com as exigências da fé cristã. Esse princípio foi conformando uma teoria da ação que serviu de base para a moral católica pós-conciliar, assunto visto no próximo ponto.

Subjetividade neoliberal

Essa subjetividade transcendental moderna, baseada na autonomia, se evaporou nos tempos pós-modernos por força da ideologia neoliberal capitalista. Surgiu uma subjetividade fraca, fragmentada e manipulável, desterritorializada de suas relações, a serviço dos interesses do mercado. Este assume o lugar do comum que sempre serviu de base relacional para a sociedade, sendo substituído pelo indivíduo autocentrado em seus interesses como protagonista na arena social e política. Essa ideologia do individualismo foi sendo preparada pelas próprias dinâmicas culturais da modernidade centrada no sujeito. A façanha do neoliberalismo foi capturar esse sujeito a serviço dos interesses individualistas do mercado por meio da ideologia da concorrência e do empreendedorismo. Na concepção antropológica neoliberal, todo indivíduo precisa tor-

9 Kant I. Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. In: *Kants Werke* (Akademie Textausgabe). Berlin: Walter de Gruyter, 1968, Band IV, 385-463.

10 Auer A. *Autonome Moral und christlicher Glaube*. Düsseldorf: Patmos-Verlag, 1971.

nar-se ator econômico na concorrência do mercado, agindo sobre si mesmo para fortalecer-se e sobreviver num mundo em competição. Essa é a lógica da racionalidade neoliberal, expressa na ideologia do empreendedorismo. Todo indivíduo precisa tornar-se um empresário de si mesmo, mostrando seu perfil vencedor num mundo em competição. As redes servem para aparecer e mostrar sua imagem. Para que isso aconteça é necessária uma gestão empreendedora da mente continuamente, movida pelo dispositivo psicológico do desempenho, uma força persuasiva de adaptação do eu à realidade da concorrência do mercado, enfrentando riscos para vencer. Essa gestão identifica-se com uma subjetivação baseada no excesso de si, na superação indefinida de si mesmo, sem limites numa contínua transubjetivação. Assim, o eu encontra-se num contínuo de ilimitação que não admite limites para seu operacionalizar. O dispositivo do desempenho é movido pela pragmática da eficácia do resultado imediato e traz gozo pela contínua autossuperação no enfrentamento de riscos¹¹.

Essa descrição pode dar a falsa ideia de que essa subjetividade neoliberal empreendedora é forte e vencedora, mas é justamente o contrário pelos custos psicológicos que o dispositivo do desempenho acarreta, demonstrados pelos diagnósticos clínicos das gerações jovens que seguem essa ideologia. O enfraquecimento das relações coletivas, porque se trata de vencer na concorrência, corrói os traços de empatia e cooperação, criando um caos relacional e psíquico que leva a quadros de depressão generalizada. O permanente discurso de ter sucesso, o que poucos

11 Dardot P., Laval CH. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

atingem a muito custo, leva a uma estigmatização dos fracassados que não alcançam os resultados, a maioria, provocando sentimentos de autorresponsabilização e culpabilização com sua sintomatologia depressiva. Por fim, instala-se uma perversão generalizada, pois tudo é transformado em objeto de consumo, inclusive o outro, reduzido a mercadoria de gozo sem limite. Trata-se de um sujeito sem conteúdo e interiormente fragmentado, facilmente manipulável pela captura dos seus interesses. Esta é a verdadeira imagem do sujeito empreendedor da ideologia neoliberal que impregna as mentes e as relações das novas gerações¹².

Os valores dessa subjetividade neoliberal impregnam a mentalidade atual, independentemente de classe, porque sua mensagem atinge a todos através das tecnologias digitais em rede. Ela corresponde à nova fase do capitalismo financeiro em que a exploração da mais-valia não acontece mais em relação à força de trabalho, típica do capitalismo industrial, e sim por meio de uma subsunção da subjetividade a serviço do capital. A nova riqueza do capitalismo é a captura das subjetividades por meio das redes e do cartão de crédito que criam o governo do homem endividado. Desse modo, a autonomia moderna desapareceu e, em seu lugar, surgiu um sujeito capturado pela permanente dívida que o governa e manipula a serviço dos interesses do capital financeiro¹³.

12 Dardot P., Laval CH. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

13 Lazzarato M., *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

Tecnologias digitais

Essa constatação introduz aquilo que Zuboff¹⁴ chama de capitalismo de vigilância, perpetrado pelas tecnologias digitais do Vale do Silício. Já não se trata de um Estado totalitário, mas de uma arquitetura digital onipresente através das redes digitais, agindo em prol dos interesses do capital de vigilância. Trata-se de uma forma inédita de poder absoluto, baseado numa concentração e gestão do conhecimento, que não passa pela supervisão da democracia. Esse capitalismo baseado nas tecnologias de rede cria a ilusão enganosa de bem-estar, sacrificando a democracia, a liberdade e o futuro da humanidade. Por isso vivemos tempos de pós-democracia com governos sempre mais autocráticos, promovidos pelo capitalismo financeiro.

Esse é o contexto sociocultural em que se encontra a subjetividade atualmente, esvaziada de seu conteúdo de consciência moral e, conseqüentemente, de sua autonomia. Como fica a moralidade das suas ações? Elas são atravessadas por dinâmicas culturais que conformam um agir sempre mais determinado pelas tecnologias digitais. Trata-se de um agir que já não é governado pela autonomia do sujeito, mas manipulado pelos interesses individualistas que as redes propõem.

Hoje agrega-se um novo elemento complicador, a inteligência artificial, que tenta substituir o discernimento da consciência com a promessa de uma decisão mais adequada e neutra. A questão ética central da inteligência artificial é o divórcio entre o agir e a inteligência, a cisão entre a capacidade de enfrentar um problema para chegar a um resultado esperado e

14 Zuboff S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

a exigência de ser inteligente para realizá-la por meio de ponderação dos valores em jogo. Trata-se de introduzir uma nova forma de agir que para ter êxito deve basear-se unicamente na formalização algorítmica de engenharia, sem refletir para deliberar. A ação da inteligência artificial só terá sucesso se conseguir separar a execução operacionalizada por algoritmos da exigência de ser inteligente ao executá-la, para a qual se exige pensar e deliberar, o que a inteligência artificial nunca poderá alcançar. Assim, pretender entregar para a inteligência artificial a tomada de decisão significa eliminar a consciência moral e determinar o ocaso da ética, substituída por um algoritmo¹⁵.

Vivemos numa época caracterizada como pós-verdade, situação na qual, na hora de falar ou defender a verdade, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e opiniões pessoais. A verdade é reduzida a puras narrativas. Por meio das tecnologias digitais, o cidadão comum lança mão de diversos procedimentos de desinformação, como a produção de conteúdos completamente falsos, a distorção de acontecimentos noticiados por veículos jornalísticos, a difusão de boatos em conversas presenciais ou através de serviços de comunicação. As consequências da era da pós-verdade se estendem em diversos campos, como a política (ao fazer a população apoiar guerras e conflitos), a saúde (ao usar pesquisas falsificadas para gerar temor quanto às vacinas), a educação (ao pressionar professores a darem ensinamentos baseados em

15 Junges J. R. Inteligência artificial: racionalidade digital e algoritmização das decisões humanas. *Rev. Redbioética/UNESCO*, Año 13, 2 (26): 59-67, 2022.

ideologias político-religiosas ao invés de fatos cientificamente comprovados), a questão ambiental (negação do aquecimento climático global)¹⁶.

Sentimento de insegurança e abandono

Como fica a possibilidade de um agir moral nesse contexto caótico, em que o sujeito já não é o protagonista das suas ações, teleguiadas pelas dinâmicas digitais das redes? Não existe moralidade, quando a consciência não orienta o agir, substituída por algoritmos que operacionalizam a ação a partir de dados. Essa é a situação de fragmentação e desamparo em que se encontram as novas gerações, dependentes sempre mais das tecnologias digitais, fenômeno que explica o sucesso de grupos de *influeciadores* de sucesso nas redes, entre eles sacerdotes. Eles oferecem a segurança em valores ditos tradicionais religiosos, difundidos em sua pura formalidade e exterioridade, típica das redes, mas sem conteúdo interior, porque falta a experiência espiritual profunda que lhes serve de base. Essa não será feita, em sua verdade existencial, no ambiente de rede, pois ele não aprofunda experiências humanas, movido pelo consumo de sempre novas sensações passageiras que deixam um lastro de insegurança à procura de novas emoções que impedem uma verdadeira reflexão interior, necessária para construir conteúdos existenciais permanentes que dão verdadeira segurança.

Essa situação cultural de inseguranças e incertezas agudiza-se porque assiste-se a uma crise civilizatória mais ampla e global, não uma pura mudança de época, 16 Prioli G. A era da pós-verdade. *CartaCapital*, 28 de dezembro de 2016, p. 54-57.

mas uma época de mudanças radicais¹⁷ em que o mundo de valores que se conhecia até agora já não existe. Essas coordenadas culturais do nosso tempo suscitam um sentimento de desamparo, porque os recursos simbólicos da cultura que sustentavam as experiências humanas foram corroídos pela crise espiritual que é a face mais profunda dessa convulsão civilizatória. Tudo isso provoca sentimento de insegurança e a procura de âncoras de salvação nessa situação¹⁸.

Por isso é muito natural que grupos conservadores que propalam a defesa de valores tradicionais, que estão sendo destruídos, se apresentem como sustentáculo nessa situação de desamparo. Mas a pergunta é se eles são verdadeiramente o caminho de solução. Em momento de crise é necessário um apurado discernimento para não cair em ilusões que mais agudizam a insegurança psicológica por oferecerem sucedâneos que não respondem ao problema, porque não possibilitam uma experiência de sentido. Aqui está o núcleo da questão: a crise civilizatória e epocal que vivemos é uma crise de perda de sentido.

Essa crise desestrutura completamente a experiência existencial das pessoas pela falta de referenciais simbólicos de sentido, que foram desconstruídos e destruídos pela cultura do endeusamento do indivíduo e da pós-verdade, produzindo um esvaziamento interior e caos psicológico que provoca angústia e desamparo psíquico, expressado pelos altos índices de quadros de-

17 Papa Francisco. *Discurso aos participantes na plenária da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica*. 28 de janeiro de 2017. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/january/documents/papa-francesco_20170128_plenaria-civcsva.html

18 Birman, J. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desamparo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

pressivos presentes na sociedade atual. Esse contexto anímico cultural cria as condições ideais para a manipulação e a captura biopolítica das subjetividades a serviço dos mais diferentes interesses mercadológicos e religiosos. As redes sociais das tecnologias digitais são o instrumento para essa manipulação e captura através de dinâmicas culturais e religiosas que configuram o modo de sentir e pensar das pessoas com preocupantes consequências para a maneira como o seu agir, identificado com o agir moral, se desenvolve e se expressa. Trata-se de um agir teleguiado digitalmente por interesses e objetivos que o próprio agente não se dá conta, comprometendo fundamentalmente a sua autonomia. Deste modo, é impossível que o agir expresse moralidade, porque não existem as condições para uma experiência de sentido, base para que essa ação expresse sua verdade moral. A pergunta que se levanta é: neste caso, existe liberdade e intencionalidade para que esse agir tenha densidade moral?

Esse contexto cultural espiritual é o grande desafio para a evangelização das novas gerações, por não se darem as condições religiosas para uma verdadeira experiência de adesão radical à pessoa de Cristo, um ato de fé com suas exigências éticas para o agir do cristão. O grande nó da questão é que o ambiente das tecnologias digitais não oferece as condições para essa experiência, por não permitir uma experiência de sentido. Assim, chega-se a um beco sem saída, porque hoje muitos caminhos de evangelização acontecem no ambiente das tecnologias digitais que respondem a um contexto anímico não adequado para uma experiência autêntica de fé.

O que é uma experiência de sentido? Significa passar por forte iluminação interior existencial e prática que possibilita uma profunda nova autocompreensão de si mesmo. Significa, em linguagem de fé, uma conversão, mudança existencial de vida, que é antes de nada teologal, porque a pessoa passa a entender-se a partir da graça e do amor de Deus, revelado em Jesus, com suas conseqüências práticas de conversão moral para tornar presente, no cotidiano da vida, o amor ágape proclamado por Jesus. Ora, essa experiência profunda de sentido em contexto de fé não é possível no ambiente das tecnologias digitais, por seu modo de organizar-se e expressar-se na pura imediatidade emocional. Essa iluminação interior não se identifica simplesmente com emoção, mas refere-se, mais especificamente, a uma compreensão intelectual mais aprofundada do mistério cristão.

Por isso é necessário voltar às origens conceituais da moral renovada pós-conciliar como uma forma de contrapor-se a esse contexto cultural anímico criado pelas tecnologias digitais, explicitando as condições para um verdadeiro agir moral com suas exigências éticas para a experiência cristã de fé. Trata-se de possibilitar uma verdadeira experiência de sentido que está na base de qualquer agir moral consciente e responsável. Toda experiência ética é uma experiência de sentido, porque a verdade prática da ação moral é uma verdade de sentido. Com isso, chegamos ao núcleo central da ética: uma teoria da moralidade da ação.

3. BASES ANTROPOLÓGICAS E TEOLÓGICAS DA MORAL RENOVADA PÓS-CONCILIAR

Teoria da ação moral

A teoria da ação na teologia moral escolástica estava definida pela tradicional doutrina das “fontes da moralidade” que partia da distinção entre atos do homem e atos humanos. Só esse segundo era considerado ato moral, pois incluía os três elementos necessários para a moralidade: o fim da ação (*finis operis*) recolhido pela norma, o fim do agente (*finis operantis*) definido pela intencionalidade do sujeito e as circunstâncias, identificadas com os acidentes da ação. O *finis operis* era o critério predominante para definir a verdade moral do ato. O *finis operantis* servia para calibrar a responsabilidade da ação, até que ponto o ato pode ser imputado ao agente, tendo presente as circunstâncias, mas não determinavam a verdade moral da ação¹⁹. Aqui está a diferença fundamental entre a moral escolástica tradicional e a moral renovada pós-conciliar: a definição e determinação da verdade prática da ação moral.

A teoria da ação moral que está na base da moral renovada pós-conciliar funda-se em categorias antropológicas centrais: a consciência moral, o discernimento ético e a decisão ética, e as três atravessadas por uma compreensão mais aprofundada da verdade moral, conjugando como exigência a integração entre a objetividade do valor e da norma moral e a subjetividade

19 Stanke G. *Die Lehre von den „Quellen der Moralität“. Darstellung und Diskussion der neuscholastischen Aussagen und neuerer Ansätze.* Regensburg: Friederich Pustet, 1984.

vidade da consciência e da intencionalidade, na qual as circunstâncias não são puros acidentes da ação, mas definidores de sua moralidade.

Na moral escolástica, a verdade moral da ação é fruto de um silogismo lógico em que a conclusão é o juízo da consciência que aplica a norma na premissa maior ao caso concreto na premissa menor. Assim, o papel da consciência, reduzida ao aspecto intelectual, é puramente a aplicação da norma. Essa visão redutiva da função da consciência é fruto da concepção positiva objetivista da verdade moral, identificada com a norma que se impõe como obrigação moral à consciência que simplesmente a aplica à ação. Essa compreensão restringida da consciência foi se impondo à medida que, nos tempos modernos, a lei foi se tornando o critério mais importante da moral, substituindo a virtude que era a referência central das sínteses morais da idade média. No paradigma legalista, a consciência simplesmente aplica a lei ao ato; enquanto no paradigma da virtude ela é uma atitude ligada às virtudes no discernimento da ação mais condizente com o bem.

Consciência moral

No concílio houve uma reviravolta nessa concepção, porque foi recuperada a visão totalizante da consciência, típica da compreensão bíblica e medieval, quando afirma, na *Gaudium et Spes*: “a consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa a sua voz” (GS 16). Nessa definição, a consciência readquire sua dimensão integral e seu papel é ampliado para a realização da pessoa, além de recuperar a sua dimensão

teológica como lugar do encontro e da escuta da voz de Deus.

A consciência moral como núcleo da pessoa não está primordialmente a serviço da norma, mas da autorrealização do ser humano. Essa constatação transforma completamente o papel da consciência de pura aplicação da norma para uma função de orientar as ações humanas para a realização do ser humano como pessoa. Isso significa que o ser humano nunca está acabado, mas em contínua constituição por caracterizar-se pela historicidade de sua transformação no tempo e pela liberdade fundamental de decidir-se por ações que dão sentido à sua existência. Aqui entra a atribuição fundamental da consciência moral como núcleo central do ser humano a serviço de sua integração como pessoa. O ser humano constitui-se como pessoa por meio de suas ações morais de sentido que vão construindo a sua identidade pessoal. Essas ações precisam ser orientadas pela consciência para que adquiram sentido e sejam integradas na totalidade da existência pessoal.

Essas ações não surgem do nada, mas são frutos de interpelações que o sujeito percebe na sua existência contextualizada em circunstâncias muito concretas. O lugar dessa percepção é a consciência moral, onde também é formulada a resposta a essa interpelação. Para exercer esta função, a consciência deve estar continuamente desperta, desenvolvendo uma sensibilidade para captar os sinais dos tempos que vêm da realidade social, as necessidades de reconhecimento do outro em sua vulnerabilidade, as manifestações da vontade de Deus que surgem da oração. Essa sensibilidade é criada pela experiência de deixar-se continuamente

interpelar, buscando responder a essas interpelações. É função primordial da consciência ser o lugar de interpelações que expressam demandas morais e a busca de respostas práticas concretas.

A interpelação exprime uma demanda de realização de um valor moral. Por isso a consciência não só capta a interpelação, mas busca uma resposta que realize o conteúdo desse valor. Por isso deve discernir a situação em que acontece a interpelação para encontrar caminhos práticos que concretizem o sentido recolhido pelo conteúdo do valor. Por exemplo, experimentando uma situação gritante de injustiça social que afeta os pobres, uma consciência cristã que tem sensibilidade moral será interpelada pelo valor da justiça e da solidariedade e, se for uma pessoa eticamente coerente, buscará caminhos de resposta a essa injustiça.

No discernimento dessa resposta, a consciência é ajudada pela experiência de outros, seja da sociedade, seja da Igreja, codificada em normas morais que recolhem soluções válidas, historicamente reconhecidas, para responder a determinados desafios e problemas e, por isso, condensam o valor ou o sentido que interpela naquele caso concreto. Mas a consciência sempre leva também em consideração a própria experiência de liberdade em lidar com o sentido da existência na interpretação da norma. Nesse sentido, a consciência não aplica puramente a norma, mas faz uma interpretação criativa do sentido de valor que aquela norma recolhe para essa realidade concreta.

Discernimento ético

Aqui entra o segundo elemento central da teoria da Ação que está na base da teologia moral renovada pós-conciliar: o discernimento ético. A função não puramente aplicativa da norma, mas criativa na concretização do valor moral condensado na norma. Toda norma tem a sua justificação num valor moral que ela recolhe. Entretanto, a realização concreta desse valor não está descrita na norma. Todo valor expressa o sentido daquelas ações que estão sob sua avaliação. Ora, esse sentido nunca está claramente definido na norma, nem seria possível. Aqui entra o papel essencial e insubstituível da consciência no discernimento da realização circunstanciada do sentido para aquela situação concreta.

Na Tradição medieval, o discernimento ético aparecia na virtude da *frónesis* aristotélica ou da prudência tomista, como atitude/hábito que capacita o agente para encontrar a realização adequada e possível do bem naquela situação concreta. Nisso, a referência do agir é o bem, não a lei, como aconteceu nos tempos modernos. Na moral medieval, o dispositivo de realização do bem é a virtude. Nos tempos modernos, a referência é a lei, não o bem, transformando a consciência num dispositivo de pura aplicação da lei. Esse contexto deu origem à célebre controvérsia probabilista sobre como resolver casos em que a consciência está em dúvida se a lei se aplica ou não. Esse problema não seria possível na moral medieval porque o sujeito moral era capacitado pela virtude para encontrar a realização do bem. A discussão sobre a consciência em dúvida deu origem aos sistemas morais que propunham diferentes soluções para resolver o problema: uma mais voltada

à lei (probabiliorismo) e a outra mais à consciência (probabilismo). Essa controvérsia durou dois séculos, opondo jesuítas e dominicanos, sem uma solução adequada, porque não se tinha a coragem de questionar o paradigma legalista moderno que formatava a moral a serviço da lei, empobrecendo a sua teoria da ação, e voltar ao paradigma medieval bem mais adequado porque colocava o acento na virtude da prudência/deliberação que capacita o agente para encontrar o bem para aquela situação. Portanto, trata-se de conjugar consciência e discernimento²⁰.

A consciência chega a sua plena realização na decisão que recolhe a resposta à interpelação que motivou o movimento de deliberação e discernimento para definir a verdade prática moral daquela ação concreta. Assim, o discernimento é uma prolongação atuante da consciência, ou melhor, é o próprio exercício da consciência. O discernimento nada mais é do que a mesma atuação da consciência ou, mais fundamentalmente, é o exercício da função primordial da consciência ou ainda, como diz Vidal²¹, é a via funcional da consciência. As funções da consciência, de possibilitar a integração das ações na constituição da pessoa, de ser o lugar de interpelação e resposta aos valores, explicitadas mais acima, exigem essa função primordial e essencial do discernimento ético para chegar à decisão pessoal que expressa a verdade moral da ação.

20 Junges J. R. *Conciencia y Discernimiento*: investigación histórico-descriptiva y crítico-reinterpretativa sobre posiciones de algunos autores neo-tomistas de lengua francesa. Doutorado em Teologia Moral, Pontificia Università Gregoriana, 1986.

21 Vidal M. *El discernimiento ético*: hacia una estimativa moral cristiana. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1980.

Decisão pessoal

Para que a decisão pessoal de agir numa determinada situação não seja fruto de um capricho subjetivista autocentrado, é necessário que ela seja uma mediação da bondade moral do sujeito para este ato particular. Essa mediação está na origem do próprio discernimento para encontrar a retidão apropriada desse ato concreto, como manifestação da bondade moral do agente. Desta feita, a moralidade de um ato é uma mediação entre a bondade moral do sujeito como um todo e a retidão apropriada desse ato particular nessa situação concreta. Um ato pode ser moralmente bom pela intenção boa do agente, mas não eticamente correto, como retidão, tendo presente as circunstâncias concretas do ato particular. Por isso a necessidade do discernimento para processar essa mediação. A bondade moral do agente é fruto de uma opção fundamental pelo bem e pelo ideal humano que dá sentido à existência inteira do sujeito. Essa opção fundamental que expressa a bondade moral do agente impulsiona a intencionalidade da ação para o bem por meio do discernimento da consciência, que está ao serviço da própria atuação prática da opção fundamental ou da mediação prática da bondade moral. Se a bondade moral de uma ação é definida pela opção fundamental pelo bem, expresso em valores morais, que interpelam o sujeito, a retidão moral desse ato particular é fruto da deliberação ponderativa dos objetivos, interesses e circunstâncias situacionais que o conformam como resposta concreta a essa interpelação.

Na decisão pessoal manifesta-se a verdade moral de uma ação. A moralidade de um ato concreto revela-se na decisão particular, porque nela existe uma

concretização da bondade dessa pessoa. Essa verdade não é a verdade teórica de uma proposição ou norma moral, mas a verdade essencialmente prática que corresponde à exigência moral de uma situação concreta individual de determinada pessoa. Assim, a verdade moral prática deverá ter uma dimensão pessoal, porque se trata da realização de sentido nessa existência individual. Por isso, a verdade moral que se manifesta na decisão identifica-se com o sentido conferido ao ato. A verdade moral prática é sempre uma verdade de sentido para essa situação particular²².

Em que sentido essa compreensão da verdade moral como verdade de sentido não significa cair no subjetivismo. Como tutelar a objetividade dessa verdade? Antes de mais nada, é necessário superar uma concepção positivo-coisística da objetividade moral que exclua totalmente a contribuição da consciência do sujeito, porque seria a negação da verdade moral prática concreta. Fuchs²³ afirma que a objetividade moral significa a não arbitrariedade e não disponibilidade do conteúdo da decisão pessoal, como expressão da verdade moral. O conteúdo não é arbitrário porque não corresponde a um capricho pessoal do sujeito, mas é uma busca construtiva do sentido que efetiva a autorrealização da pessoa nessa situação concreta. A intervenção do sujeito está ao serviço dessa fidelidade à realidade pessoal. Por isso é uma condição para a própria objetividade da verdade moral. Significa também que esse conteúdo não está disponível para qualquer fim que não promova a realização da pessoa, porque a verdade moral é uma verdade pessoal. Nesse sentido,

22 Demmer K. *Sittlich handeln aus verstehen. Strukturen hermeneutisch orientierten Fundamentalmoral*. Düsseldorf: 1980.

23 Fuchs J. *Sittliche Wahrheit – zwischen Objektivismus und Subjektivismus*. *Gregorianum* 63 (1982), p. 631-646.

a necessária intervenção do sujeito na determinação da verdade moral prática da decisão não significa cair no subjetivismo, mas, ao contrário, ela é uma exigência para alcançar a objetividade adequada da moral. Isso representa, usando categorias tradicionais, que o *finis operis*, o fim e o objeto da ação, expresso na norma, só pode ser apreendido no concreto do *finis operantis* do sujeito. Quem possibilita essa apreensão é a intencionalidade de sentido em que a consciência define a moralidade do ato concreto.

O Reino de Deus como princípio ético do agir cristão

Para um cristão, a teoria da ação moral acontece num contexto de fé. Nesse sentido a consciência moral, o discernimento ético e a decisão pessoal são mediações da graça divina para concretizar o seguimento de Jesus de Nazaré na existência do fiel. A consciência é o núcleo pessoal de encontro com Deus e de discernimento de sua vontade para descobrir quais são as exigências da vocação do cristão. Isso requer a construção de uma teologia moral de matriz bíblica que expresse sua especificidade cristã. Significa superar a moral escolástica tradicional, organizada e pautada pelos mandamentos, uma expressão da lei natural. Isso leva a uma afirmação radical: os mandamentos da lei de Deus não são o conteúdo central da ética cristã, porque eles valem como lei natural para qualquer pessoa de boa vontade, não precisa ser cristão para observá-los. Eles não expressam as exigências éticas de Jesus ao anunciar os valores do Reino de Deus. Entretanto é isso que, em geral, é ensinado na catequese, esvaziando as exigências éticas da mensagem de Jesus. Ao contrário, é ne-

cessário proclamar que o Reino anunciado por Jesus é o princípio ético central que expressa as exigências morais para o agir do cristão²⁴. O que isso significa?

Para compreender essa questão é preciso ter presente que o Reino de Deus é Jesus e que Jesus é o Reino. Existe uma identidade total entre os dois. Para saber o que é o Reino é preciso olhar para o ser e o agir de Jesus. O significado de Jesus para a humanidade é o conteúdo do Reino. Jesus foi a revelação do amor de Deus pela humanidade que vivia nas trevas e viu uma grande luz: sua regeneração no amor. Assim, o Reino é a irrupção do amor de Deus na história humana para que os seres humanos encontrem um caminho de esperança e salvação. Jesus foi a demonstração dessa grande luz, vinda de Deus, através dos seus gestos de amor e solidariedade para com os pobres, os desvalidos, os doentes, os pecadores, aos quais Jesus acolhia revelando que eram amados por Deus.

O surgimento do Reino de Deus não significa o fim dos tempos, mas, pelo contrário, é a instauração do tempo do Fim. Com Jesus, a plenitude do fim, a revelação do amor, já chegou no tempo presente. Isso significa que o Reino de Deus é uma realidade escatológica, porque a realização do fim, o amor salvífico do Pai, já está acontecendo na pessoa de Jesus e, portanto, todos têm acesso a esse amor gratuito, como efeito da encarnação do Verbo, no já agora da história e não no fim dos tempos, como defende a tradição apocalíptica. Se o Reino é uma realidade escatológica, porque a plenitude do fim, a revelação do amor de Deus, realiza-se no tempo presente, então a ética de Jesus que surge

24 H. Mercklein, *Die Gottesherrschaft als Handlungsprinzip. Untersuchung zur Ethik Jesu*, Wuerzburg: Echter, 1981.

do anúncio do Reino é também uma ética escatológica, porque o seguidor de Jesus poderá, com a graça do amor, viver e realizar esse fim na sua existência.

Aqui manifesta-se a grandiosidade da ética cristã, quando ela não é reduzida aos mandamentos, que são puros mínimos morais da lei natural. Sua riqueza espiritual tem uma dimensão escatológica e não provisoría em vista de um tempo que ainda virá. O agir do cristão não é a vivência de um ínterim de preparação para um futuro longínquo. O futuro do amor de Deus já chegou e se trata de vivê-lo plenamente na existência histórica. Significa viver o futuro trazido por Jesus na vida presente.

Assim, a ética cristã manifesta seu conteúdo central e essencial no amor ágape, revelado nas palavras e gestos de Jesus. A exigência ética fundamental de todo cristão é viver esse amor, porque qualificará a sua vida de eternidade, não a vida depois da morte, mas dando qualidade de vida eterna à sua vida terrena. Essa é a escatologia cristã que significa qualificar a vida presente (o agir ético) com a dimensão do futuro trazido por Jesus, o amor²⁵.

O encontro do jovem rico com Jesus (Mt 19. 16-22) mostra que as bem-aventuranças do Reino superam os mandamentos. Diante da pergunta do jovem sobre o que era necessário fazer de bom para ter a vida eterna, Jesus responde: guarda os mandamentos. Tudo isso tenho guardado, o que me falta ainda? replica o jovem. Então, Jesus lhe propõe: se queres ser perfeito, vai e vende os teus bens, dá aos pobres, vem e segue-me.

25 Junges J. R. "Creio... na ressurreição da carne e na vida eterna": Escatologia cristã. *Cadernos Teologia Pública* vol. 22, n. 179, 2025.

Jesus lhe apresenta os valores do Reino, expressos pelas bem-aventuranças, que ele não teve a coragem de assumir.

Existem duas versões das bem-aventuranças, a de Lucas 6, 20-26, que aponta para os protagonistas reais do Reino: os pobres, os famintos e os aflitos, a eles pertence o Reino; e a de Mt 5, 3-12, mais trabalhada, transforma as bem-aventuranças em atitudes éticas necessárias para participar do Reino: a pobreza de espírito, os mansos, os que vivem na aflição, os que têm fome e sede de justiça, os misericordiosos, os puros de coração, os que promovem a paz, os que são perseguidos²⁶. Essas atitudes realizam a justiça do Reino, a proposta central da ética de Jesus que terá os pobres, os famintos e os aflitos reais na preferência do seu amor, pois eles são os protagonistas. Neste sentido, assumir a justiça do Reino como valor supremo é um imperativo para todo o seguidor de Jesus que queira fazer parte do Reino. A ética de Jesus é a ética da justiça do Reino, cujos valores tornam-se exigências éticas para aquele que quer participar do Reino.

O Reino é a irrupção do amor de Deus na história humana, todo aquele que o acolhe é convidado a viver esse amor ágape, por sentir-se amado e agraciado por Deus e capacitado pela graça a tornar presente esse amor. Nesse sentido, as bem-aventuranças deverão ser as atitudes éticas que caracterizam esse amor, porque expressam os valores do Reino. Para adquirir essas ati-

26 P. HOFFMANN/V. EID, *Jesus von Nazareth und eine christliche Moral*. (Coleção "Quaestiones Disputatae" 66) Freiburg i. Br.: Ed. Herder, 1975. A obra clássica sobre essa questão é a de: J. DUPONT, *Les Béatitudes*. Tome I: Le problème littéraire. Les deux versions du sermon sur la montagne e des béatitudes. Tome II: La bonne nouvelle. Tome III: Les évangélistes. Bruges: Ed. L'Abbaye de Saint André, 1958.

tudes típicas desse amor, o cristão precisa espelhar-se na prática de Jesus em favor da justiça do Reino. Essa prática está relatada nos evangelhos que expressam os valores da ética de Jesus. A contínua consideração das bem-aventuranças plasma, no seguidor de Jesus, os valores éticos necessários para tornar presente a justiça do Reino.

Quem se inspira na prática de Jesus, relatada nos evangelhos, para adquirir as disposições necessárias para tornar presente o amor, torna-se um seguidor de Cristo. Ele adere à sua pessoa e ao seu projeto pela fé, porque passa a se compreender, existencialmente, a partir da dinâmica do amor de Deus revelado em Jesus e sua realização no projeto do Reino. Essa perspectiva cria um horizonte de sentido para o cristão, estimulando um novo agir movido pelo amor ágape e abrindo uma nova escala de valores, identificada com a justiça do Reino. Essa realidade existencial de sentido pode ser expressa como seguimento de Cristo que se torna uma categoria central da ética cristã. Seguimento é a condição existencial de discípulo que estabelece uma comunhão de vida e destino com Cristo que tem a sua história de efeitos sobre o agir do cristão.

A experiência do seguimento de Cristo é a experiência existencial mais abrangente, porque se trata de tornar presente, no agir do cristão, em outro contexto histórico, a dinâmica do amor ágape, revelado pela prática de Jesus, amando como Jesus amou, tornando efetivas as características desse amor com os valores éticos que o sustenta. Nesse sentido, o seguimento exige discernimento, porque se trata de reproduzir criativamente, não mecanicamente, este amor com seus valores. Para atualizar a proposta ética de Jesus

no seguimento de Cristo, exige-se discernir a maneira de concretizar esse amor, efetivando a justiça do Reino no mundo de hoje e o modo de tornar seus valores eficazes e relevantes para os homens e as mulheres dos nossos dias²⁷.

4. DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO DIGITAL CULTURAL EM CONTEXTO PASTORAL

Tendo presente o contexto desanimador e caótico descrito no primeiro ponto, uma subjetividade esvaziada e fragmentada pela manipulação das redes, dependente das tecnologias digitais e da era da pós-verdade, criando dinâmicas culturais que movem o agir humano, como fica a proposta da ética de Jesus que a moral renovada pós-conciliar tentou explicitar e fundamentar como ética cristã para os nossos tempos? Ela pode representar uma resposta para essa crise cultural e espiritual, mas existe um problema de fundo. A ética cristã está baseada essencialmente numa experiência de sentido, pois o seguimento de Cristo cria um horizonte de sentido para a existência do fiel. A própria verdade moral, definidora da moralidade da ação, é uma verdade de sentido, porque a intencionalidade confere um sentido para a ação que se manifesta na decisão pessoal. Entretanto, o ambiente de rede das tecnologias digitais impede uma experiência de sentido, pois elas são movidas pela permanente imediatez e novidade, não permitindo a reflexão demorada para suscitar convicções interiores, porque baseadas na energia da emoção momentânea. Nas redes das tecnologias digitais não existe tempo nem espaço para isso.

27 Junges J. R. Evento Cristo e ação humana. Temas fundamentais da ética teológica. Coleção *Theologia Publica* 1. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Assim, chegamos a um impasse. O que fazer?

Para entender e discutir esse impasse pode ajudar a distinção de Juan Luis Segundo²⁸ entre massas e minorias, usada por ele, para compreender o contexto eclesial de sua época, numa perspectiva de libertação. As massas religiosas funcionam pela lei do menor esforço sem grandes convicções espirituais, não desenvolvendo consciência crítica da realidade social nem engajamento político para transformar essa realidade. Vivem uma fé de puras práticas devocionais de religiosidade popular. As minorias cristãs, ao contrário, são grupos que têm uma consciência lustrada de sua fé, desenvolvendo espírito crítico sobre a realidade e o engajamento político por sua transformação. Estão baseados em convicções profundas de uma experiência espiritual de fé que liberta. Essa é a realidade dialética da Igreja composta por uma grande massa que não vive a fé cristã com radicalidade e uma minoria, consciente e engajada, que tenta viver e transmitir os valores do Reino para que tenham uma incidência na realidade. Não se pode exigir que todos os cristãos tenham esse engajamento, porque a massa é sempre mais acomodada.

É possível aplicar essa distinção para um contexto eclesial de redes criado pelas tecnologias digitais? Evidente que a situação é totalmente diferente. Entretanto pode-se afirmar que existe uma massa religiosa capturada e manipulada pelas redes dos *influencers* que se move pela emoção, não exigindo reflexão e produzindo acomodação porque não faz pensar e, muito menos, não cria espírito crítico. Por isso proliferam nestes ambientes ideias conservadoras que prometem 28 Segundo J. L. *Massas e minorias na dialética divina da libertação*. São Paulo: Loyola, 1975.

segurança, porque dizem que seguem a tradição. Essa massa é conduzida pela força emotiva e passageira dos sentimentos, não criando conteúdos espirituais duradouros, porque não faz refletir para criar convicções interiores fortes. Em outras palavras, não permite uma verdadeira experiência de sentido que é a base de toda e qualquer fé cristã autêntica.

É claro que ao lado dessa massa religiosa silenciosa, capturada e manipulada por *influencers* conservadores, muitos deles padres, existem minorias, compostas por pessoas que tiveram uma verdadeira experiência de sentido na sua fé, não nas redes digitais, porque isso não é possível, mas em grupos de partilha e vivência espiritual da fé que suscitam espírito crítico e engajamento em favor dos valores do Reino. Isso significa que para ter uma experiência de sentido na fé que desperta profundas convicções interiores, que verdadeiramente sustentam nas adversidades, é necessário silenciar as redes digitais, fazer silêncio para que o Espírito possa agir com consolações autênticas, fruto de meditações demoradas da palavra de Deus, que criam lastro interior duradouro de conteúdos espirituais. Essas minorias encarnam os valores da ética cristã que surge do evangelho, explicitada pelo Concílio Vaticano II que tentou recuperar a suas fontes.

Elas são aquilo que Dom Helder Câmara²⁹ chamou de minorias abraâmicas, definidas como pequenas comunidades de fé e ação que lutam, sem violência, por justiça social e superação das estruturas que geram a pobreza. Elas se baseiam na “esperança contra toda es-

29 Câmara, Dom Hélder. Circulares Ação Justiça e Paz. *Obras Completas de Dom Hélder Câmara*, Volume V, Tomo I, organizada por Marcelo Barros e Daniel Sigal. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2022.

perança”, agindo profeticamente para mudar o mundo por meio da não violência ativa. Trata-se de grupos que tentam viver a novidade do evangelho, contra a corrente tradicionalista que quer preservar valores e privilégios clericais autorreferenciados em consonância com a velha ordem, que apagou o frescor do evangelho. Como o próprio termo designa, são sempre minorias que tentam viver de outra maneira. Por isso, caracterizam-se por uma forma de vida que assumem contra a corrente majoritária, porque pautada pelos valores do evangelho.

Assim, o significativo dessas minorias é que elas apontam para uma forma-de-vida, conceito desenvolvido por Giorgio Agamben, como “uma vida que se subtraia completamente de ser capturada pelo direito e um uso dos corpos e do mundo que nunca se substancie numa apropriação”³⁰. Trata-se de uma forma-de-vida na qual coincidem vida e norma no cotidiano, isto é, uma forma-de-vida na qual a norma não é algo externo e separado da vida existencial, imposta de fora, pois a norma é a vida, não se identificando com uma série de preceitos, como defende a visão tradicional, porque a própria opção por uma forma-de-vida, um modo de viver, fruto de uma experiência de sentido, engendra a sua normatividade. Só desse modo a vida não é esvaziada de sua potência, sendo possível escapar de uma captura da vida pelo direito e seus correlatos como as tecnologias digitais. Por outro lado, nessa forma-de-vida não existe apropriação da vida, porque permanece em seu valor de uso, estando numa disponibilidade imediata para o manejo autônomo do sujeito, não transformada em algo a ser apropriado como valor de

30 Agamben G. *Altíssima pobreza: reglas monásticas y forma de vida*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora 2013, p. 10.

troca para ser reconhecido e aparecer, como acontece nas redes digitais, porque não separada da experiência de sentido que caracteriza o cotidiano, determinando o uso da vida. As tecnologias digitais em rede esvaziam o valor de uso da vida, porque não possibilitam uma experiência de sentido que facilita o uso; elas transformam a vida em valor de troca no mercado religioso digital das redes.

Aqui é importante entender em que sentido a forma-de-vida dessas minorias preserva o valor de uso da vida, porque o modo das pessoas lidarem com sua vida é autônomo, porque baseado numa experiência de sentido que cria convicções interiores que orientam a vida. Nesse sentido, na forma-de-vida, a norma é a própria vida, não existe cisão entre norma e vida. Portanto, a pessoa tem o manejo autônomo da sua vida, isto é, preserva o seu valor de uso, porque a vida adquire conteúdo por uma persuasão interna.

Nas tecnologias digitais, nunca será possível suscitar uma forma-de-vida que integre norma e vida, porque ao não possibilitar uma experiência de sentido não permite o uso espontâneo da vida, mas ela é capturada e transformada em valor de troca pelo próprio dinamismo do ambiente que é mercadológico, no qual a norma é ditada de modo heterônomo por esse mesmo ambiente. Não cria consciência, mas servidão autoassumida. Isso se explica pela própria dinâmica de fundo das tecnologias, de captura emocional da subjetividade, como base para o valor de troca que acontece no ambiente digital entre essa subjetividade e os interesses dessas tecnologias. Pode-se imaginar o problema que é querer transpor a experiência religiosa de fé

para esse ambiente com as dinâmicas de fundo que o caracteriza. Essa questão deveria ser uma preocupação para a pastoral da Igreja.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém duvida que o agir humano, e portanto moral, está passando por profundas transformações, provocadas pelo giro cultural, introduzido pelas redes sociais das tecnologias digitais com profundo impacto nas dinâmicas que movem e motivam hoje as ações humanas em sociedade. Essa situação precisa tornar-se objeto de discussão e preocupação pastoral para a teologia moral e, principalmente, para a evangelização. O desafio é que esse ambiente das tecnologias digitais está sendo usado por vários padres influenciadores digitais, para promover experiências religiosas sem muita consciência das dinâmicas culturais que atravessam esses ambientes, afetando a própria experiência de fé. O agravante é que esse contexto é também perpassado por ideologias conservadoras fascistas de extrema-direita, onde estão misturadas política e religião como um caminho de manipulação de pessoas ingênuas que têm uma busca religiosa.

Diante desse contexto, é importante explicitar as bases conceituais antropológicas e teológicas da ética cristã, sintetizadas a partir do Concílio Vaticano II, como um contraponto e um chamado de atenção para os pressupostos e valores que um seguidor de Cristo não pode descurar. A proposta cristã, presente na mensagem do Reino de Deus, proclamado por Jesus, conforma uma forma-de-vida exigente, fruto de uma experiência de sentido onde norma e vida estão integradas pelo valor de uso da espontaneidade de lidar



com a existência, dando-lhe conteúdo pela persuasão interna de suas convicções. Esse caminho de vivência só é possível em minorias abraâmicas que são sementes do Reino.

José Roque Junges



José Roque Junges. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), especialização em História do Brasil Contemporâneo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1978) mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1980) e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana (1985).

É professor das disciplinas de bioética no curso de Medicina e professor-pesquisador do PPG em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005-2021); líder do grupo de pesquisa CNPq “Bioética Biopolítica e Saúde Coletiva”; editor associado da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; membro do comitê de ética (2007-2009; 2009-2011), do comitê científico (2011-2013) da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB); vice-presidente (2006-2007 e 2008-2009) da Sociedade Riograndense de Bioética (SORBI) e membro da Rede Latino-americana e do Caribe de Bioética da UNESCO.

Tem experiência nas áreas de Teologia, Filosofia e Ética, com ênfase em bioética, atuando principalmente nos seguintes temas: bioética, ética ambiental e saúde coletiva.

Livros publicados: *Bioética: perspectivas e desafios* (Unisinos, 1999); *Ecologia e criação: resposta cristã à crise ambiental* (Loyola 2001); *Evento Cristo e ação humana:*

temas fundamentais de ética teológica (Unisinos, 2001); *Ética ambiental* (Unisinos, 2004); *Bioética: hermenêutica e casuística* (Loyola, 2006); *(Bio) Ética ambiental* (Unisinos, 2010); *Bioética sanitária: desafios éticos da saúde coletiva* (Loyola, 2014); *Epistemologias da bioética: ensaios de hermenêutica crítica* (Unisinos, 2021); *Questão ambiental para entender* (Ideias e Letras, 2024). Acesso às obras publicadas digitalizadas em: <https://www.joseroquejunges.com.br>

ENTREVISTAS DO IHU COM JOSÉ ROQUE JUNGES

- [Misericórdia, discernimento e consciência. Um dicionário de teologia de acordo com a sensibilidade contemporânea. Entrevista com José Roque Junges](#)
- [Redução da jornada de trabalho e renda básica universal e incondicional podem romper com a escuridão da economia do lucro e o “sistema de morte”. Entrevista especial com Cesar Sanson e José Roque Junges](#)
- [A medicalização da vida faz mal à saúde. Entrevista especial com José Roque Junges](#)
- [“Se o aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto”. Entrevista especial com José Roque Junges](#)
- [Ecologia Integral e justiça ambiental no cuidado da “casa comum”. Entrevista especial com José Roque Junges](#)
- [Agenciamentos imunitários e biopolíticos do direito à saúde. Entrevista especial com José Roque Junges](#)

- [União homoafetiva. Uma vitória, mas resta ainda um longo caminho a percorrer. Entrevistas especiais com Luis Corrêa Lima, Toni Reis, Roque Junges e Ronaldo Henn](#)

ARTIGOS DE JOSÉ ROQUE JUNGES REPRODUZIDOS PELO IHU

- [Subjetividade neoliberal causa a destruição do comum e leva seus efeitos à crise ambiental](#)
- [“Dicionário de Teologia Moral”, publicado em português, é apresentado por José Roque Junges - Vídeo](#)
- [Para além do autismo econômico. Artigo de José Roque Junges](#)
- [Diminuição do Catolicismo apontada por Pesquisa do IBGE: Uma leitura teológica a partir de sinalizações do Papa Francisco. Artigo de José Roque Junges](#)

PUBLICAÇÕES DE JOSÉ ROQUE JUNGES REPRODUZIDAS PELO IHU

- [Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica.](#) Artigo de José Roque Junges. Cadernos Teologia Pública Nº. 7
- [O que a teologia pública traz de novo.](#) Artigo de José Roque Junges. Cadernos IHU em formação Nº. 8



- [A medicalização da vida faz mal à saúde](#). Entrevista especial com José Roque Junges. Cadernos IHU em formação Nº. 44
- [Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial](#). Artigo de José Roque Junges. Cadernos Teologia Pública Nº. 133
- [Creio...na ressurreição da carne e na vida eterna”: Escatologia cristã](#). Artigo de José Roque Junges. Cadernos Teologia Pública Nº. 179
- [O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social](#). Artigo de José Roque Junges. Cadernos IHU ideias Nº. 277

CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

- N. 1 Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ
- N. 2 Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer
- N. 3 A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher
- N. 4 No Quarentenário do Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes
- N. 6 Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ
- N. 8 Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amalados, SJ
- N. 11 A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 Teologia e Bioética – Santiago Roldán García
- N. 15 Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess
- N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould
- N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles
- N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald
- N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana Maria Formoso
- N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta



- N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier
- N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng
- N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin
- N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio
- N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan
- N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess
- N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro
- N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi
- N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi
- N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 A origem da vida – Hans Küng
- N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani
- N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin
- N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels
- N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 “Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Giraudo, SJ
- N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards
- N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora
- N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat
- N. 56 Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo
- N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald
- N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger
- N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto
- N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred



- N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé
- N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi
- N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt
- N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava
- N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Deislando Nóbrega de Lima
- N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto
- N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda
- N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier
- N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro
- N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight
- N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan
- N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil
- N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald
- N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne
- N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares
- N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin
- N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina
- N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna
- N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado
- N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan
- N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin
- N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko
- N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O’Malley
- N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vázquez e Ushi Arakaki
- N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko
- N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo
- N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O’Malley
- N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli



- N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral
- N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle
- N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a leitura, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier
- N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff
- N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald
- N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira
- N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins
- N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto
- N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann
- N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber
- N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais – Gilmar Zampieri
- N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald
- N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco
- N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium* digitalis? Moisés Sbardelotto
- N. 117 *Laudato Si'* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange
- N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
- N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
- N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong
- N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio
- N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a *Oikonomia* Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson
- N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney
- N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano
- N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

- N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson
- N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara
- N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel De-cothé Junior
- N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes
- N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneo – Massimo Borghesi
- N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyła e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges
- N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli
- N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess
- N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo
- N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh
- N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo
- N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida
- N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira
- N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão Intellige Ut Credas – Orlando Polidoro Junior
- N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública – Luis Carlos Dalla Rosa
- N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações – Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 146 Juventudes e vivência ecumênica – Rosemary Fernandes da Costa
- N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I – O fim de um mundo? – Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II – As dores do parto – Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III – Vinho novo, odres novos – Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 150 O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou? – Michael G. Lawler e Todd A. Salzman
- N. 151 Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão – Rogério L. Zanini
- N. 152 Fratelli Tutti: um guia de leitura – Gilmar Zampieri
- N. 153 A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais – Michael G. Lawler e Todd A. Salzman
- N. 154 A Igreja e a união de pessoas do mesmo sexo: O Responsum e a possibilidade de novas abordagens – Andrea Grillo



- N. 155 Gustavo Gutierrez: servidor dos pequenos e teólogo da libertação - José Oscar Beozzo
- N. 156 O ensino moral da Igreja no pontificado do Papa Francisco: avanços, desafios e perspectivas - Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 157 Razão pública e sociedade pós-secular: o diálogo entre cidadãos religiosos e secularizados no pensamento de Jürgen Habermas - Emerson Silva
- N. 158 Valores cristãos, valores seculares e por que eles precisarão um do outro na década de 2020 - Alec Ryrle
- N. 159 O grito de abandono de Jesus na cruz e o silêncio de Deus: reflexões à luz do Evangelho de Marcos - Junior Vasconcelos do Amaral
- N. 160 O pós-teísmo como superação dialética do teísmo - Santiago Villamayor
- N. 161 A fé cristã na ressurreição e a crise da linguagem religiosa na pós-modernidade - Ferdinando Sudati
- N. 162 O rio e a cisterna. Superar permanentemente toda forma de teísmo - Paolo Scquizzato
- N. 163 Diante de um cristianismo moribundo, a proposta de um cristianismo adulto: um olhar sobre o pós-teísmo - Beatrice Iacopini
- N. 164 “*Gloria Victis - ainda que tarde!*” Pelo reconhecimento de santidade de São Sepé Tia-rajú - Luiz Carlos Susin
- N. 165 O Sínodo da Amazônia, Querida Amazonia e as mulheres - Phyllis Zagano
- N. 166 O cristianismo e a revelação de Deus em tempos de irrelevância cristã - Francesco Cosentino
- N. 167 O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra - Andreas Gonçalves Lind
- N. 168 Thomas Merton, leitor de Sigmund Freud e Carl Jung - Nilson Perissé
- N. 169 Meu Cristo Mutilado. Fundamento de minhas esperanças - Pedro Gilberto Gomes
- N. 170 A “Opção Francisco” e o caminho da sinodalidade - Phyllis Zagano
- N. 171 Uma realidade para além da vontade: Agostinho, IA e a vindicação da teofania - Jordan Joseph Wales
- N. 172 A Opção Francisco e a reforma da Igreja. Desafios e perspectivas - Massimo Faggioni
- N. 173 Diaconato feminino na história da Igreja - Guillermo Daniel Micheletti
- N. 174 Pensar a transformação missionária da Igreja a partir dos “fiéis não tão praticantes...” - Valérie Le Chevalier
- N. 175 Mulheres, Igreja, Sinodalidade. Esperanças e expectativas - Maria Cristina S. Furtado, Alzirinha Souza, Ivenise T. Gonzaga Santinon, Maria Inês de Castro Millen e Maria Clara Lucchetti Bingemer
- N. 176 Mais azul que rosa: moral sexual católica e comunidade LGBTQIA+ - Leomar Nascimento de Jesus
- N. 177 A Igreja é uma mulher: misoginia magisterial, mulheres míticas e feminilidade mimética - Tina Beattie
- N. 178 Teologia e lógicas plurais: desafios e perspectivas para o pensamento teológico latino-americano - Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 179 “Creio...na ressurreição da carne e na vida eterna”: Escatologia cristã - José Roque Junges
- N. 180 Ecologia integral e encarnação nos povos originários - José F. Castillo Tapia
- N. 181 Vocação, castidade e discernimento: um olhar sobre jovens LGBTs na vida consagrada - João Melo
- N. 182 O Rito Amazônico na Igreja Católica: contexto, desafios e propostas - José F. Castillo Tapia
- N. 183 Os rumos da Igreja Católica no Brasil: política, democracia e direitos - Brenda Carranza, Jefferson Batista Silva, Leon Souza, Regina Facchini, Renan Baptistin Dantas e Tabata Tesser



N. 184 Uma maneira de proceder: a importância dos Exercícios Espirituais para o pensamento de Michel de Certeau - Cainan Espinosa Gimenes e Leandro Couto Carreira Ricon

N. 185 “Quando tudo falava”: sabedoria wapichana e teologia - Joice Alberto de Souza e José F. Castillo Tapia

 UNISINOS